

3. Na sequência de troca de correspondência, a sociedade A comprou à sociedade B, pelo preço de 10 € por quilo, 100 toneladas de ferro, com características bem definidas, destinado à construção de um edifício, também identificado na correspondência. Alguns dias mais tarde e ainda antes da entrega do ferro, A comunicou a B que afinal necessitava apenas de 60 toneladas, resultando a diferença de erro na medição da obra. A pretende por isso que o contrato seja reduzido para 60 toneladas. B entende que, sendo o erro de A irrelevante, o contrato deve ser cumprido em relação a 100 toneladas.

Quem tem razão?

conversão?
875-7830
MC-Bel

4. Em Dezembro de 2014, António vendeu a Bento, por escrito particular, um terreno, tendo recebido a totalidade do preço. Poucos dias depois, António foi avisado por um amigo de que o contrato não era válido e que, por isso, estava obrigado a restituir a totalidade do preço. No entanto, como António precisava do dinheiro para pagar algumas dívidas, optou por não dizer nada a Bento que foi atuando como se o terreno fosse efetivamente seu. Agora, que António já dispõe do dinheiro suficiente para restituição integral do preço e que o terreno se valorizou significativamente em resultado da construção de um novo acesso à auto-estrada junto ao local, António pretende fazer valer a invalidade do contrato, recuperando o terreno e restituindo o preço. Bento recusa e diz que (i) o tempo decorrido impede António de fazer tal exigência, (ii) recai sobre António o dever de celebrar um novo contrato de compra e venda válido ou, no limite, (iii) recai sobre António o dever de lhe pagar um montante correspondente à valorização entretanto verificada no terreno.

Existe razão a Bento na invocação de qualquer destes argumentos?